

**Antifragilidade e organização comunitária no Jalapão: o papel da governança local
frente às pressões territoriais**

***Antifragility and community organization in Jalapão: the role of local governance in
the face of territorial pressures***

Lynda Carvalho Lopes

Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas, TO, Brasil

Cleiton Silva Ferreira Milagres

Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas, TO, Brasil

Sofia Medrado Almeida

Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas, TO, Brasil

GT7. Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo: O artigo analisa como comunidades tradicionais do Jalapão, especialmente a Comunidade Quilombola da Mumbuca, desenvolvem capacidades organizativas diante de pressões territoriais, como o turismo desordenado, a expansão do agronegócio e a imposição de normas ambientais. O objetivo é compreender de que forma a formalização institucional, por meio da construção participativa de estatuto e regimento interno, contribui para o fortalecimento da governança comunitária e da autonomia territorial, à luz do conceito de antifragilidade. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em intervenção sociotécnica participativa realizada entre 2021 e 2025 no âmbito do NERUDS/UFT. Foram utilizadas rodas de conversa, oficinas deliberativas e registros de campo, como diários, fotografias e gravações autorizadas, analisados por meio de análise de conteúdo temática. Também foram mobilizados dados secundários de documentos institucionais, bases oficiais e marcos normativos. Os resultados evidenciam que as comunidades não apenas resistem às pressões externas, mas transformam essas adversidades em oportunidades de fortalecimento organizativo. A formalização de instrumentos normativos, a regulação comunitária do manejo do capim dourado e a construção de redes de cooperação ampliam a capacidade de autogestão, o controle territorial e a inserção política dessas coletividades. Conclui-se que a antifragilidade se manifesta na capacidade das comunidades de reconfigurar suas estruturas organizacionais a partir de estressores externos, apropriando-se da formalização institucional como estratégia de fortalecimento. O estudo contribui para o debate sobre governança comunitária e desenvolvimento territorial, destacando o papel das metodologias participativas e da atuação universitária na mediação entre saberes locais e exigências institucionais.

Palavras-chave: antifragilidade, governança comunitária, autonomia territorial, Jalapão, comunidades tradicionais.

Abstract: This article analyzes how traditional communities in the Jalapão region, particularly the Quilombola Community of Mumbuca, develop organizational capacities in response to territorial pressures such as disordered tourism, agribusiness expansion, and environmental regulations. The main objective is to understand how institutional formalization, through the participatory development of statutes and internal regulations, contributes to strengthening community governance and territorial autonomy, based on the concept of antifragility. The study adopts a qualitative approach grounded in participatory sociotechnical intervention carried out between 2021 and 2025 within the framework of NERUDS/UFT. Data were collected through discussion circles, deliberative workshops, and field records, including field diaries, photographs, and authorized recordings, and analyzed using thematic content analysis. Secondary data from institutional documents, official databases, and legal frameworks were also incorporated. The results show that communities not only resist external pressures but transform them into opportunities for organizational strengthening. The formalization of normative instruments, community-based regulation of golden grass management, and the establishment of cooperation networks enhance self-governance, territorial control, and political agency. The study concludes that antifragility is expressed in the communities' ability to reorganize their structures in response to external stressors, strategically appropriating institutional formalization as a means of strengthening. The findings contribute to debates on community governance and territorial development, highlighting the role of participatory methodologies and university engagement in mediating between local knowledge and institutional demands.

Keywords: antifragility, community governance, territorial autonomy, Jalapão, traditional communities.

1. Introdução

O Território do Jalapão, situado no estado do Tocantins, configura-se como uma região marcada por intensas disputas socioambientais, sobreposições institucionais e processos de reconfiguração territorial que afetam diretamente comunidades tradicionais. Nesse contexto, experiências como as do Povoado Quilombola da Mumbuca, da comunidade quilombola do Prata e da Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros (ACAPPM) evidenciam diferentes formas de resistência, reorganização interna e construção de estratégias coletivas diante de pressões externas cada vez mais complexas. Embora situadas em contextos específicos, essas comunidades compartilham desafios relacionados à defesa do território, à preservação dos saberes tradicionais, à regulação do uso dos recursos naturais e à necessidade de dialogar com exigências formais do Estado. Essas pressões incluem a intensificação do turismo de base mercantil, a expansão do agronegócio nos arredores das áreas protegidas, a escassez hídrica associada à degradação ambiental e os dilemas oriundos da formalização institucional exigida por políticas públicas, como a criação de associações, a elaboração de estatutos e regimentos e, em alguns casos, a obtenção da Indicação Geográfica (IG) do capim dourado.

Neste contexto, o presente artigo parte da hipótese de que as comunidades desenvolveram, nos últimos anos, respostas coletivas que não apenas demonstram capacidade de resiliência, mas que se aproximam do conceito de antifragilidade, proposto por Nassim Nicholas Taleb (2012). Ao invés de apenas resistir ou adaptar-se a choques institucionais e territoriais, as comunidades teriam se fortalecido a partir da desordem, reorganizando suas práticas organizativas e normativas, e consolidando sua autonomia sociopolítica. A elaboração participativa do estatuto e do regimento interno dos grupos socioterritoriais, articulada ao manejo tradicional do capim dourado como bem comum, é analisada como um momento-chave desse processo.

Dessa forma, o artigo busca compreender como os comunitários transformaram vulnerabilidades estruturais em capacidades adaptativas, por meio de formas autônomas de gestão territorial, valorização dos saberes locais e negociação estratégica com os marcos institucionais vigentes. A análise contribui para os debates sobre governança comunitária, disputas territoriais e desenvolvimento regional em territórios periféricos, especialmente aqueles atravessados por sobreposições entre conservação ambiental, políticas públicas e direitos étnico-territoriais.

2. Revisão da Literatura

O conceito de antifragilidade, formulado por Nassim Nicholas Taleb (2012), oferece uma chave analítica poderosa para compreender sistemas que não apenas resistem à volatilidade, ao estresse e à incerteza, mas que se fortalecem diante deles. Diferente dos sistemas frágeis, que colapsam sob pressão, e dos resilientes, que apenas mantêm sua forma, os sistemas antifrágéis ganham com a desordem. Taleb argumenta que essa característica é típica de sistemas distribuídos, descentralizados e orientados por saberes situados, capazes de aprender com choques e transformar vulnerabilidades em vantagens adaptativas.

Ao aplicar essa lente ao contexto de comunidades tradicionais, é necessário considerar os riscos do que o próprio autor denomina como “intervencionismo ingênuo” — ações promovidas por especialistas externos, com base em modelos padronizados, que desconsideram as dinâmicas locais e frequentemente agravam a fragilidade dos sistemas sociais que pretendem apoiar. Essa crítica se conecta a autores como James Scott (1998), que denuncia os efeitos de políticas estatais uniformizadoras em contextos rurais complexos, e Kristen Magis (2010), que propõe a noção de resiliência comunitária como a capacidade das comunidades de prosperar diante de adversidades por meio da mobilização de seus próprios recursos, saberes e vínculos territoriais.

No caso do Jalapão, a sobreposição entre unidades de conservação, o avanço do agronegócio e o turismo desordenado impõe múltiplos estressores territoriais sobre comunidades tradicionais, como a Mumbuca, o Prata e outras coletividades locais da região. Em contextos como esse, a governança dos bens comuns — especialmente no que se refere ao manejo do capim dourado, ao uso do território e à regulação comunitária dos recursos naturais — adquire centralidade. Autores como Elinor Ostrom (1990) demonstra que comunidades locais podem desenvolver regras legítimas e eficazes de gestão compartilhada, desde que respeitados seus mecanismos internos de deliberação, reciprocidade e pertencimento.

3. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de base participativa, centrada na intervenção sociotécnica como instrumento de mediação entre os saberes tradicionais das comunidades e os marcos institucionais exigidos pelas políticas públicas voltadas à formalização de organizações sociais. A escolha metodológica se fundamenta na

compreensão de que os processos de elaboração normativa — como estatutos e regimentos internos — não devem ser vistos apenas como exigências burocráticas, mas como oportunidades para fortalecer os vínculos comunitários, reafirmar identidades e projetar estratégias de resistência e autonomia territorial.

A intervenção foi realizada no contexto do acompanhamento de atividades extensionistas e de pesquisa-ação vinculadas ao Núcleo de Estudos Rurais, Desigualdades e Sistemas Socioecológicos (NERUDS/UFT), entre os anos de 2021 e 2025. As atividades envolveram a realização de rodas de conversa, oficinas deliberativas e dinâmicas de facilitação para apoiar a construção coletiva dos documentos organizativos das Associações, respeitando a oralidade, os critérios culturais internos e a historicidade das comunidades.

O processo foi sistematicamente registrado por meio de diário de campo, fotografias, gravações (com autorização) e produção de sínteses das decisões coletivas. As falas dos participantes foram analisadas à luz da técnica de análise de conteúdo temática, com categorias emergentes como: pertencimento, conflito territorial, formalização, saber tradicional, organização autônoma e antifragilidade.

Além disso, foram utilizados dados secundários complementares, como informações do Cadastro Único (CadÚnico), o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão, documentos relacionados à Indicação Geográfica (IG) do capim dourado, registros institucionais das associações locais, bem como dados socioeconômicos e territoriais provenientes de bases como IBGE, INCRA e órgãos ambientais estaduais. Também foram considerados marcos normativos relevantes, como a Convenção 169 da OIT e legislações voltadas às comunidades quilombolas, além de documentos técnicos sobre turismo e uso público do território.

O cruzamento desses dados com as evidências empíricas produzidas em campo e com o referencial teórico permitiu não apenas contextualizar as pressões territoriais e institucionais enfrentadas pela comunidade, mas também identificar padrões mais amplos de organização social presentes em outras coletividades tradicionais da região, como a comunidade do Prata e a ACAPPM. Dessa forma, a experiência da Mumbuca pôde ser interpretada não como um caso isolado, mas como parte de um conjunto de respostas comunitárias que expressam capacidade adaptativa diante de múltiplos estressores.

Embora a intervenção sociotécnica tenha sido realizada com maior densidade empírica na comunidade quilombola da Mumbuca, o estudo incorpora também análises documentais, institucionais e comparativas relativas à comunidade do Prata e aos grupos

organizados vinculados à ACAPPM. Essa estratégia permitiu ampliar o escopo analítico da pesquisa, possibilitando a identificação de padrões territoriais e organizativos compartilhados entre diferentes coletividades tradicionais do Jalapão, sem perder a profundidade empírica do caso acompanhado diretamente.

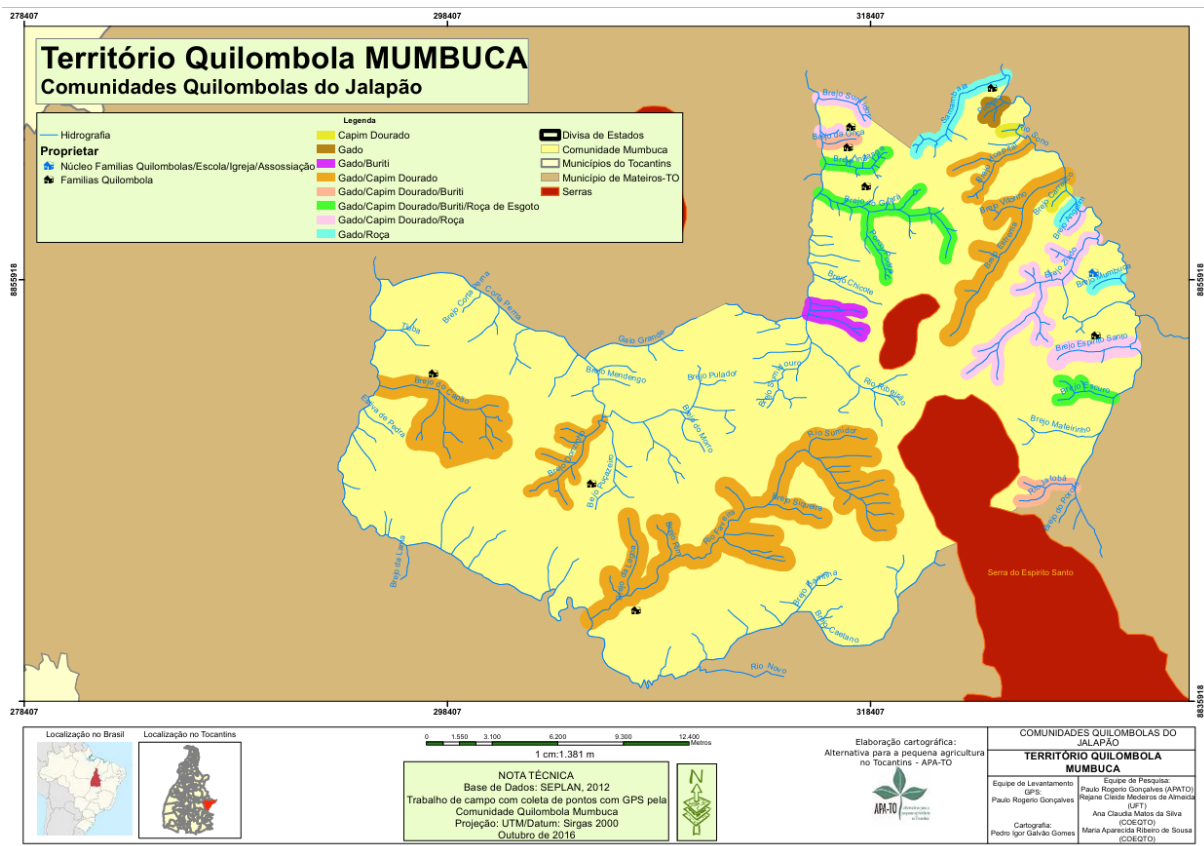
4. Análise e Discussão dos Resultados

As Comunidades Quilombolas Mumbuca, Prata e a Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros (ACAPPM), são exemplo emblemático de como pressões externas — como a expansão do agronegócio, o turismo desregulado e as restrições impostas por Unidades de Conservação — não apenas impõem vulnerabilidades, mas também podem ser catalisadoras de estratégias de fortalecimento e reorganização comunitária, revelando padrões de antifrágilidade territorial (Taleb, 2012).

4.1 Localização e Contexto Socioambiental

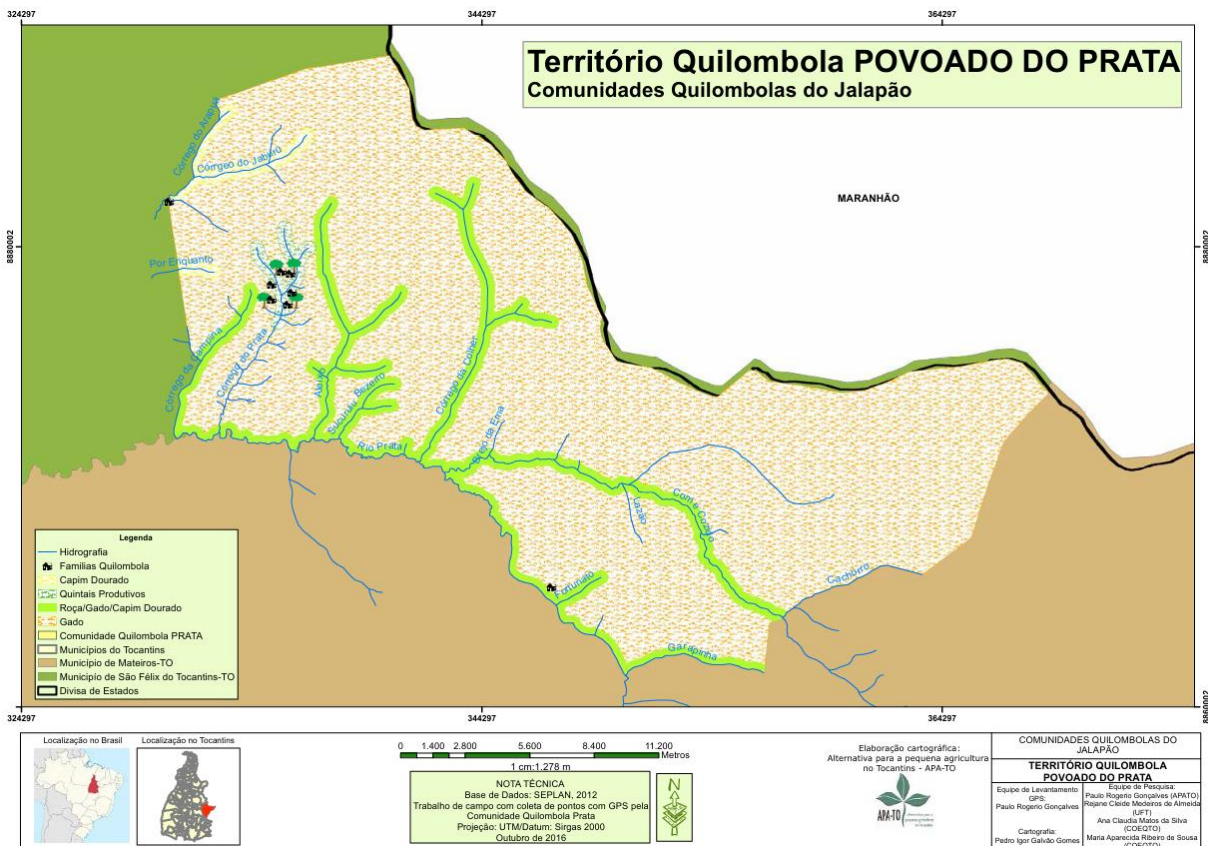
A comunidade quilombola da Mumbuca, situada no município de Mateiros e inserida na zona de amortecimento do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), representa um espaço simbólico e material de resistência frente às múltiplas pressões oriundas do turismo, da legislação ambiental, do extrativismo predatório e das políticas públicas fragmentadas. No mesmo contexto regional, a comunidade quilombola do Prata localiza-se no município de São Félix do Tocantins, na região central do Jalapão, enquanto a Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros (ACAPPM) tem sede no município de Mateiros/TO, articulando artesãos, pequenos produtores e atividades vinculadas à sociobiodiversidade e ao agroextrativismo local. O mapa das comunidades quilombolas do Jalapão evidencia a distribuição territorial de Mumbuca e Prata entre os municípios de Mateiros e São Félix do Tocantins, em uma área marcada pela sobreposição entre territórios tradicionais e diferentes categorias de proteção ambiental. Esses quadros demonstram que tais coletividades compartilham um mesmo ambiente de pressões territoriais e institucionais, ainda que com especificidades organizativas e históricas próprias.

Figura 1 - Mapa de localização da Comunidade Quilombola Mumbuca sobreposta à zona do PEJ e áreas adjacentes de conflito territorial.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2016, p. 15)

Figura 2 - Mapa de localização da Comunidade Quilombola Prata sobreposta à zona do PEJ e áreas adjacentes de conflito territorial.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2016, p. 16)

Os processos de intervenção sociotécnica realizados pelo NERUDS/UFT, por meio de ações de extensão universitária, contribuíram para fomentar uma ecologia institucional voltada à autonomia comunitária em diferentes coletividades tradicionais do Jalapão, especialmente por meio do fortalecimento de associações locais, da mediação entre normas jurídicas e práticas costumeiras e da salvaguarda dos saberes tradicionais vinculados ao manejo do capim dourado, ao extrativismo e à gestão coletiva do território.

A análise dos documentos oficiais, como o Plano de Manejo (Naturatins, 2021) e a Portaria de Uso Público (Portaria nº 042/2016), evidencia um padrão de imposição de normas e restrições que não consideram plenamente as dinâmicas socioeconômicas e territoriais das comunidades tradicionais do Jalapão, incluindo a Mumbuca, o Prata e os grupos organizados vinculados à ACAPPM. Essas coletividades, ainda que com características históricas e organizativas, compartilham um contexto comum de pressões territoriais, regulação ambiental e necessidade de adequação a instrumentos formais de gestão.

Nos casos analisados, observa-se que, embora os instrumentos formais de gestão territorial imponham restrições homogêneas, as respostas comunitárias não são passivas. Ao contrário, as comunidades mobilizam seus próprios repertórios organizativos para reinterpretar, adaptar e, em certa medida, reconfigurar essas imposições. Tanto na Mumbuca quanto no Prata e nos arranjos produtivos vinculados à ACAPPM, verifica-se a construção de mecanismos internos de regulação, baseados em normas coletivas, pertencimento territorial e controle social dos recursos, evidenciando um padrão territorial de governança comunitária.

Os dados revelam que as comunidades tradicionais, diante das múltiplas pressões associadas ao avanço do turismo desregulado, das normas de conservação de uso restritivo e da crescente financeirização de seus territórios simbólicos e produtivos, articulam um conjunto de respostas baseadas em sua capacidade de reorganização interna e controle sociotécnico dos bens comuns.

Conforme argumentado por Milagres (2020), o desenvolvimento regional no Jalapão é marcado por dilemas estruturais e assimetrias decisórias, que impõem às comunidades locais o desafio constante de adaptar-se a intervenções externas sem perder sua integridade cultural e capacidade de gestão autônoma.

A antifragilidade manifesta-se, assim, na formalização de estatutos internos, na ampliação de sua presença institucional em conselhos deliberativos e na reconfiguração de suas estratégias produtivas, especialmente no manejo do capim-dourado e na mediação de conflitos relativos ao uso público do território. Em resposta, os comunitários, passaram a adotar instrumentos de autogestão, como a reformulação do Estatuto e Regimento Interno, que regulam desde a coleta do capim dourado até o acesso ao território e o principal, o direito territorial da comunidade quanto a regularização fundiária.

Diferentemente de processos adaptativos, nos quais as comunidades ajustam práticas para manter sua estabilidade, observa-se que a formalização normativa não apenas responde às pressões externas, mas reconfigura as bases organizacionais, ampliando capacidade de ação política e controle territorial. Nesse sentido, a antifragilidade não se expressa na manutenção do sistema, mas na sua reestruturação a partir do estressor

Quadro 1 – Síntese dos dispositivos comunitários elaborados coletivamente em processos de extensão universitária.

Documento ou Ação	Descrição	Agentes Envolvidos
Início da intervenção sociotécnica participativa	Primeiras oficinas para escuta ativa, mapeamento de conflitos e identificação de demandas internas	NERUDS/UFT, Central do Cerrado e comunitários
Elaboração do Estatuto Social	Documento discutido em rodas de conversa, legitimado em assembleia, com foco em autogestão comunitária	NERUDS/UFT, liderança local (Conselho Diretor da Associação) e representante da Central do Cerrado
Regimento Interno da Associação	Normas detalhadas para organização da cadeia produtiva do capim dourado e governança interna	Liderança local, associação, facilitadores do NERUDS/UFT
Protocolo Comunitário (em andamento)	Documento em construção para regulamentar acesso a recursos naturais, turismo e parcerias externas	Associação

Fonte: Elaborado pelos autores

4.2 Intervenção Sociotécnica como Gatilho de Antifragilidade

A intervenção sociotécnica participativa, promovida pelo Núcleo de Estudos Rurais, Desigualdades e Sistemas Socioecológicos (NERUDS) em parceria com a Central do Cerrado e Associações comunitárias do Jalapão, revelou-se essencial na construção de capacidades organizacionais antifrágeis. As oficinas de elaboração de documentos normativos se apoiaram na oralidade e nas práticas locais, ao mesmo tempo em que traduziam essas práticas em linguagem jurídica acessível para comunitários.

As atividades extensionistas permitiram uma aproximação crítica entre universidade e comunidade, fomentando processos de escuta ativa, oficinas participativas e construção coletiva de instrumentos como o estatuto e o regimento da associação local. A presença do NERUDS/UFT contribuiu para reforçar a antifragilidade comunitária, não

apenas resistindo às adversidades, mas adaptando-se e evoluindo institucionalmente frente às transformações socioambientais do território, conforme sugerido por Milagres (2022).

Figura 3 – Atividade participativa realizada em parceria com o NERUDS para reformulação do estatuto e consolidação das regras internas da comunidade.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 4 – Roda de conversa sobre manejo sustentável do capim dourado



Fonte: Acervo pessoal.

Retomando os estudos de Milagres et al (2022), compreende-se que a produção de conhecimentos aplicados, a partir de metodologias participativas e escuta qualificada, opera como vetor de resiliência e antifragilidade comunitária. A presença recorrente da

universidade no território não apenas mitiga assimetrias cognitivas entre Estado e comunidade, mas também propicia a experimentação de soluções organizacionais compatíveis com os valores da sociobiodiversidade, como o uso de cartografias sociais, formações em governança e suporte na formalização de demandas junto ao Estado.

4.3 O Capim Dourado como Bem Comum Regulado

A institucionalização do manejo do capim dourado a partir de normas internas constitui um exemplo de bem comum autogerido, nos moldes de Ostrom (1990). As regras comunitárias definem períodos de coleta, áreas de extração, protocolos de rastreabilidade e proibição de coleta individualizada, evitando a exaustão do recurso e promovendo justiça distributiva entre as artesãs.

A cadeia produtiva do capim dourado, além de sua importância econômica, revela uma profunda dimensão simbólica para as comunidades tradicionais do Jalapão, como Mumbuca, Prata e ACAPPM. Seu manejo coletivo articula regras sociais, práticas sustentáveis e laços identitários. Nesse sentido, Carvalho (2021) destaca que o manejo do capim dourado envolve uma 'cosmopolítica' quilombola, onde a produção artesanal não é apenas econômica, mas uma prática de coexistência e cuidado com o Cerrado, regida por princípios coletivos que transcendem a lógica de mercado.

Esse padrão não se restringe a uma única comunidade, mas se manifesta de forma convergente entre as coletividades analisadas. Tanto na Mumbuca quanto no Prata e nos grupos vinculados à ACAPPM, o manejo do capim dourado opera como eixo estruturante da organização social e produtiva, sendo regulado por normas internas que articulam sustentabilidade ecológica, justiça distributiva e pertencimento territorial. Esse arranjo reforça a compreensão do capim dourado como um bem comum, cuja governança emerge de processos locais legítimos, em consonância com os princípios identificados por Ostrom (1990).

4.4 Redes de Cooperação e Reconfiguração Política

A análise evidencia que as comunidades tradicionais do Jalapão, como Mumbuca, Prata e ACAPPM, não apenas reagem às pressões externas, mas desenvolvem estratégias articuladas de inserção institucional por meio da construção de redes de cooperação. Essas redes envolvem universidades, organizações da sociedade civil, associações comunitárias e órgãos públicos, permitindo que as coletividades ampliem seu capital social e político e fortaleçam sua capacidade de negociação frente a atores externos.

A análise dos documentos do Plano de Manejo do PEJ e das portarias do Naturatins evidencia uma dissonância entre a normatização do uso público e os modos de vida locais. A Portaria nº 042/2016, por exemplo, estabelece regras rígidas de acesso e visitação, muitas vezes desconsiderando as particularidades das comunidades tradicionais que habitam ou utilizam a zona de amortecimento. Essa dissociação fragiliza a governança territorial e tensiona a permanência e a reprodução social da comunidade Mumbuca e Prata.

A exigência de formalização imposta por órgãos ambientais impulsionou as comunidades a fortalecer redes com universidades, associações quilombolas, entidades do terceiro setor e órgãos como o INCRA, convertendo um cenário de pressão em oportunidades de inserção institucional e valorização do saber local.

A análise evidencia que, ao invés de apenas se adaptar, as comunidades Mumbuca, Prata e ACAPPM transformaram o estressor (formalização burocrática e imposição legal) em alavanca de reorganização interna, reafirmação de sua identidade e reposicionamento político. Este processo é coerente com o conceito de antifragilidade em rede (Taleb, 2012), pois amplia a resiliência por meio da multiplicação de vínculos e da produção de novos mecanismos internos de regulação, não dependendo exclusivamente do Estado.

Neste ponto, a antifragilidade em rede implica a criação de mecanismos internos de blindagem cultural, como a autonomia sobre a marca coletiva, o controle das rotas de visitação e a regulação de atividades turísticas. A intervenção sociotécnica da universidade, ao lado das lideranças tradicionais das Associações Comunitárias, tem sido decisiva para evitar a disfunção adaptativa da IG (Indicação Geográfica) e para assegurar que a valorização comercial do capim-dourado esteja ancorada em parâmetros éticos, pedagógicos e territoriais definidos pela própria comunidade.

Quadro 2 – Dinâmicas de Antifragilidade na Comunidade Quilombola Mumbuca e Prata

Estressor Externo	Resposta Comunitária	Resultado Observado
Imposição de UC e restrições de acesso	Reforma de Estatuto e Regimento	Reconhecimento normativo local e fortalecimento institucional
Turismo desordenado e mercado exploratório	Regras internas de produção artesanal e rastreabilidade	Controle comunitário sobre a cadeia produtiva do capim dourado

Pressão formalização	por	Parcerias universidades e redes de apoio	com	Ampliação do capital social e visibilidade política
-------------------------	-----	--	-----	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tais resultados dialogam diretamente com investigações anteriores conduzidas no âmbito do NERUDS/UFT no município de Mateiros, como evidenciado nos estudos de Milagres (2020, 2022) o qual contribui para consolidar a abordagem da intervenção sociotécnica enquanto catalisadora de processos de antifrágilidade territorial.

De forma geral, as evidências indicam que as comunidades tradicionais do Jalapão desenvolvem padrões convergentes de reorganização socioterritorial, nos quais a formalização institucional, longe de representar apenas uma imposição externa, é apropriada como instrumento de fortalecimento organizativo. Esse processo evidencia a emergência de formas de governança territorial antifrágil, capazes de transformar pressões institucionais em oportunidades de ampliação da autonomia comunitária.

5. Considerações finais

A trajetória das comunidades tradicionais do Jalapão, como Mumbuca, Prata e os grupos organizados vinculados à ACAPPM, evidencia a potência de arranjos organizacionais antifrágéis, capazes de transformar instabilidades em oportunidades. Conforme Taleb (2012), a antifrágilidade se manifesta não na simples resistência ao choque, mas na capacidade de crescer com ele. Essa característica torna-se observável nos mecanismos de autoproteção construídos coletivamente por essas comunidades diante das pressões de agentes externos, como o turismo, o agronegócio e as políticas ambientais de conservação integral.

Ao construírem suas próprias normativas internas — como estatutos, regimentos e regras para manejo e comercialização do capim dourado — e consolidarem formas autônomas de organização produtiva, rastreabilidade e controle social, essas comunidades reafirmam sua capacidade de autogovernança territorial. Esse processo não ocorre de forma espontânea ou isolada, mas é catalisado por dinâmicas de mediação institucional e por intervenções sociotécnicas pautadas na escuta sensível, na valorização dos saberes locais e na construção coletiva de soluções organizacionais. Nesse contexto, destaca-se o papel da

universidade pública, em especial do NERUDS/UFT, cuja atuação extensionista contribui para potencializar sistemas locais de cuidado, pertencimento e inovação institucional.

As categorias analíticas sistematizadas em pesquisas anteriores (Milagres, 2020; 2022) indicam que a antifrágilidade comunitária não se limita à resiliência estrutural ou à resistência cultural, mas envolve a construção ativa de normas, rotinas e tecnologias sociais que reorganizam os laços comunitários, a economia local e as relações institucionais. As evidências apresentadas neste estudo demonstram que, nas comunidades analisadas, a formalização institucional — frequentemente imposta como exigência externa — é apropriada estrategicamente como instrumento de fortalecimento organizativo e de ampliação da autonomia territorial.

A partir das análises e resultados aqui apresentados, delineiam-se os seguintes eixos de investigação prioritários:

1. Investigar comparativamente outras comunidades tradicionais do Jalapão e da Amazônia Legal que, diante de pressões externas, desenvolvem mecanismos próprios de autogestão, ordenamento territorial e criação normativa, com potencial para sistematização de categorias analíticas como “normatização do comum”, “governança por pertencimento” e “fragilidade induzida por políticas”.
2. Explorar o papel das universidades públicas na mediação de conflitos territoriais, por meio da extensão crítica e de metodologias participativas, aprofundando os limites, dilemas e potencialidades dessas intervenções em contextos marcados por sobreposição institucional e judicialização.
3. Integrar Sistemas de Informação Geográfica (SIG), cartografia social e análise de fluxos turísticos para compreender como os territórios tradicionais estão sendo reconfigurados por dinâmicas de uso público, financeirização da natureza e regulação ambiental, contribuindo para a construção de modelos de gestão compatíveis com os modos de vida locais.
4. A centralidade das mulheres nos processos de manejo, governança e resistência sugere a necessidade de aprofundar o conceito de “antifrágilidade feminina”, especialmente em contextos nos quais a economia do cuidado e os saberes intergeracionais sustentam os arranjos comunitários.
5. Analisar juridicamente os estatutos, regimentos e demais normativas internas como formas legítimas de regulação social, promovendo o diálogo entre direito, antropologia e gestão pública em contextos de reconhecimento da autonomia de povos e comunidades tradicionais.

Essas frentes investigativas, ancoradas nas experiências das comunidades do Jalapão, reforçam a importância de uma ciência engajada, territorializada e sensível à complexidade dos sistemas socioecológicos. Ao mesmo tempo, evidenciam o papel estratégico da universidade pública na construção de conhecimentos que não apenas interpretam, mas também contribuem para a transformação da realidade.

Diante disso, as experiências de Mumbuca, Prata e ACAPPM inserem-se em um campo mais amplo de debate sobre o papel das comunidades tradicionais na conservação ativa da sociobiodiversidade e na reinvenção de modelos de desenvolvimento territorial. Longe de serem objetos passivos de políticas públicas, essas coletividades afirmam-se como sujeitos políticos capazes de produzir normas, gerir recursos e projetar futuros a partir de seus próprios referenciais socioculturais.

Referências

CARVALHO, Jessica Cardoso. *Capim dourado: artes do cerrado e as cosmopolíticas quilombolas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2021.

MAGIS, Kristen. Community resilience: An indicator of social sustainability. **Society and natural resources**, v. 23, n. 5, p. 401-416, 2010.

MILAGRES, C. S. F. *O Sistema Socioecológico do Jalapão e os Dilemas para o Desenvolvimento Regional: Transformações, Capacidade Adaptativa e Resiliência Comunitária*. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SCOTT, J. C. *Os dominados e a arte da resistência: discussões invisíveis*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

TALEB, N. N. *Antifrágil: Coisas que se beneficiam com o caos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

XVI World Congress of Rural Sociology
64th Congress of the Brazilian Society of Rural
Economics, Management and Sociology

JULY 19 - 23, 2026 | PORTO ALEGRE/RS | BRAZIL | UFRGS